REUNIÃO Nº 718 — Ata da reunião ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 30 de julho de 2026.

No dia 30 do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14 horas, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sob a presidência da Reitora, Profª Dra. Andréa Name Colado Simão, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Dr. Miguel Belinati Piccirillo e dos seguintes Conselheiros: Sandra Maria Simonelli, Ana Cristina Paes Leme Cilião Torres, Marcelo Alves de Carvalho, Roberta Puccetti, Ivanoe De Cunto, Nídia Aparecida Hernandes, Adriana de Fátima Ferreira, Fernando Pereira Cândido, Regis Garcia, Marcela Zanetti Corazza, Suhaila Mahmoud Smaili Santos, Patrícia Chimin Perandini, Marcos Rodrigues da Silva, Elen Julciléia Romão Sartori Braz, Dora Silvia Corrêa Morais, Regina Célia Bueno Rezende Machado, Patrícia Ayub da Costa, Silmara Sartoreto de Oliveira, Jacques Duílio Brancher, Marcela Baracat, André Azevedo da Fonseca, Heloísa Laura Ramos Teixeira, Vitor Hugo de Carvalho Mendes, Doumit Camilios Neto, Marta Silene Ferreira Barros e Marci Batistão. Ausências justificadas: Andréia Bendine Gastaldi, Eddy Krueger, Angela Pereira Teixeira Victória Palma e Letícia Gorri Molina. Convidados: Marta Dantas. I. **ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da ata 716 de 01 de junho de 2026**. Aprovada sem emendas, com 4 (quatro) abstenções. **2) Discussão e votação da ata 717 de 25 de junho de 2026.** Aprovada sem emendas, com 2 (duas) abstenções. **3) Processo 25.962.445-2 - deliberar acerca do Relatório de Atividades da Casa de Cultura da Universidade Estadual de Londrina, referente ao exercício de 2025 (Relatora: Profª Dra. Marta Dantas).** Profª Marta Dantas informou que, embora todos tivessem acesso ao documento, destacaria números significativos e considerações finais do período. Informou que a Casa de Cultura é composta pelas divisões de Cinema, Artes Plásticas, Artes Cênicas e Música (incluindo o Cine Teatro Ouro Verde). Fez os seguintes destaques: 1. Divisão de Cinema: No ano de 2025, foram projetados 43 filmes em 260 sessões, atingindo um público de 2.130 pessoas. Ressaltou que a curadoria foca em filmes fora do circuito comercial para atender diversas áreas do conhecimento. Destacou que professores podem solicitar isenção de ingresso para levar turmas inteiras, citando como exemplo os cursos de Sociologia e Antropologia. Anunciou que, para a recepção de calouros de 2026, as sessões seriam gratuitas para toda a

comunidade interna para incentivar o conhecimento do espaço. 2. Divisões de Artes: A Divisão de Artes Plásticas realizou seis exposições e oito atividades de formação, com público de 1.095 pessoas. A Divisão de Artes Cênicas promoveu 10 oficinas e 21 eventos, atingindo 5.000 pessoas. 3. Divisão de Música e OSUEL: Música Antiga/Historicamente Informada: Realizou nove apresentações e 30 atividades formadoras, com público de 22.600 pessoas. Coros: O Coro da UEL completou 50 anos e o de Dourados 25 anos. Realizaram 35 apresentações para 1.316 pessoas. OSUEL: Realizou 32 apresentações, atingindo 13.231 pessoas. Profª Marta apresentou um balancete das conquistas recentes: Modernização Administrativa: Houve a separação administrativa da Divisão de Música para facilitar a gestão financeira e de bilheteria. Inovação Tecnológica: Implementação de venda de ingressos online, assentos numerados e pacotes anuais com desconto. Gestão Artística: Destacou a seleção democrática do maestro Alessandro Sangiorgi e a implementação de um planejamento anual lançado em dezembro, o que permite o equilíbrio financeiro entre concertos que exigem mais músicos contratados e aqueles mais compactos. Formação de Público: Observou um aumento significativo de jovens nos concertos da OSUEL, ressaltando que a cultura é um processo educativo. 5. Parcerias e Impacto Social: Profª Marta destacou a colaboração com o curso de Música e o papel social dos coros, formados majoritariamente pela comunidade externa (com destaque para mulheres acima de 50 anos), atuando inclusive como um serviço de saúde pública e convivência. Citou o sucesso do projeto de música antiga em formar pesquisadores de renome internacional, como professores da UFRJ e pesquisadores da Unicamp. Profª Marta finalizou defendendo que as atividades da Casa de Cultura constituem "educação não formal" e ensino, pois ampliam a visão de mundo da população. Apesar das dificuldades orçamentárias persistentes, afirmou que a nova gestão tem demonstrado um olhar atento para resolver problemas de manutenção do Cine Teatro Ouro Verde e da OSUEL. A Reitora parabenizou a Profª Marta pelo trabalho e dedicação nos últimos quatro anos, agradecendo por ela ter aceitado permanecer no cargo mesmo após a previsão de sua aposentadoria. Afirmou que a gestão, composta por ela e pelo Professor Miguel, está empenhada em viabilizar projetos culturais e valorizar a presença da universidade em Londrina através da orquestra, do DAP, do DAC e do Cine Teatro Ouro Verde. Profª Marta Dantas: Agradeceu a confiança da reitoria e expressou satisfação com o fato de a Casa de Cultura estar recebendo um "olhar atento" e um foco maior nesta nova gestão,

acreditando que a unidade continuará evoluindo. A representante discente Heloisa Laura Ramos manifestou interesse nos projetos apresentados, admitindo que muitos estudantes desconhecem essas atividades. Questionou como os alunos e o DCE poderiam ter maior envolvimento com a Casa de Cultura e sugeriu parcerias e maior integração com centros acadêmicos. Profª Marta Dantas respondeu que a Casa de Cultura está aberta a visitas agendadas para apresentar seu trabalho aos estudantes. Explicou que o cinema oferece bilheteria livre para calouros na recepção e que professores podem solicitar isenção para seus alunos mediante ofício e lista de presença, reforçando que o objetivo é ter os alunos presentes aproveitando os serviços gratuitos da universidade. Profª Nídia Hernandes parabenizou a Profª Marta pela gestão e especialmente pela escuta voltada ao público infanto-juvenil. Elogiou a divulgação da programação anual, o que facilita o planejamento das famílias para comparecerem aos concertos. Todavia, apresentou uma ressalva quanto à qualidade do sistema de som do Cine Teatro Ouro Verde, sugerindo que a universidade se esforce para torná-lo uma referência tecnológica e de qualidade sonora. Profª Marta agradeceu o depoimento da conselheira e reiterou que a programação aos domingos de manhã é pensada justamente para aproximar as famílias e os jovens da música erudita. Colocado em regime de votação, o Relatório de Atividades da Casa de Cultura da Universidade Estadual de Londrina, referente ao exercício de 2025, foi aprovado por unanimidade. **4) Processo 24.053.969-1 - deliberar acerca da minuta de Resolução que institui as responsabilidades para o cumprimento da Lei no 13.123/2015 que dispõe sobre o acesso ao Patrimônio Genético (PG) e ao Conhecimento Tradicional Associado (CTA) no âmbito da Universidade (Relator: Prof. Dr. Waldiceu Verri Junior**). Compareceu para relatar o assunto, o Diretor de Pesquisa, Prof. Doumit Camilios Neto. Ele explicou que a minuta visa regulamentar institucionalmente as atividades de pesquisa e inovação que envolvam o patrimônio genético brasileiro e o conhecimento tradicional associado, conforme a Lei Federal 13.123/2015. Destacou que o objetivo é garantir segurança jurídica à universidade e evitar sanções administrativas ou penais, estabelecendo responsabilidades para docentes e setores. Informou que a proposta foi elaborada por uma comissão com representantes da PROPPG, Procuradoria Jurídica e docentes. A Reitora informou que o protocolo foi aberto em maio de 2025, mas apresentou um lapso de quase um ano sem movimentação oficial no e-protocolo, embora os documentos tivessem circulado paralelamente por e-mail.

Explicou que o Prof. Doumit realizou um trabalho de recuperação dos arquivos e os anexou no processo para que o conselho pudesse deliberar com base em informações completas. Prof. Doumit complementou a explicação lendo um e-mail da Profª Silmara Sartoreto, no qual ela informava que o colegiado de pós-graduação *lato sensu* havia apreciado a minuta em agosto de 2025, mas que os coordenadores presentes não trabalhavam diretamente com o tema, motivo pelo qual ela mesma acabou enviando sugestões posteriormente. Profª Silmara confirmou que, diante da falta de domínio técnico dos demais membros sobre patrimônio genético, ela se sentiu motivada a avaliar o documento e enviar contribuições para ajudar no andamento, mas ressaltou que esse fluxo não ocorreu dentro de um trâmite processual formal de reuniões. A Reitora detalhou as datas encontradas na investigação documental: aprovação no *lato sensu* (12 de agosto), na Graduação (19 de agosto), nas Residências (3 de setembro), no *stricto sensu* (8 de setembro) e na Extensão (23 de setembro). Contudo, reiterou que essas aprovações não constavam no processo original e foram "juntadas" recentemente para tentar regularizar a situação. Prof. Luciano Panagio (Convidado) contextualizou que o trabalho técnico sobre o sistema Sisgen ocorre desde 2018 e que a universidade estava despreparada para as exigências legais. Afirmou que a minuta é fruto de uma discussão profunda de quatro anos, tendo sido assessorada inclusive pela Federal do Paraná, e garantiu que o documento está tecnicamente correto e é urgente para evitar multas que podem chegar a R$ 100.000,00 por docente. A Assessora Técnica da Aintec, Marina Menezes, reforçou a importância jurídica da resolução, explicando que qualquer ganho econômico oriundo de pesquisa com patrimônio genético sem o devido cadastro pode gerar graves questionamentos do Ministério do Meio Ambiente. Defendeu que, apesar das falhas na tramitação administrativa do e-protocolo, o mérito técnico foi exaustivamente debatido em todas as câmaras. Profª Marcela Baracat questionou se as aprovações citadas ocorreram de fato em reuniões de colegiado ou se foram apenas respostas individuais de coordenadores via e-mail. Expressou preocupação com a validade jurídica dessas manifestações isoladas frente ao regimento. Profª Silmara manifestou dúvida sobre a validade de um documento que ela teria assinado com data de 12 de agosto, referente a uma reunião que, segundo sua memória e registros de convocação, teria ocorrido apenas em outubro. A Reitora enfatizou a gravidade dessa inconsistência de datas. Profª Marcela afirmou que confia plenamente na área técnica, mas recordou problemas

passados em concursos públicos onde a pressa na aprovação gerou irregularidades posteriores. Prof. Doumit esclareceu que na Câmara de Pesquisa as sugestões foram votadas item a item em fevereiro deste ano, e que o esforço da atual gestão foi justamente para não deixar o processo parado por mais tempo, dada a sua importância. Profª Patrícia Ayub confirmou que recebeu e respondeu memorandos em agosto de 2025, informando que a minuta havia sido analisada e aprovada sem considerações em seu respectivo colegiado. Profª Roberta Puccetti defendeu que o conselho não deve buscar culpados, mas focar em resolver o problema para o bem da universidade. Argumentou que, se existem documentos assinados pelos professores atestando a consulta, e se a parte técnica garante a qualidade da minuta, o CEPE deveria considerar o trâmite suficiente para a aprovação. Considerando diversas irregularidades e lacunas no e-protocolo, com um lapso de quase um ano sem tramitação oficial, com documentos circulando paralelamente por e-mail, mas que não constavam formalmente nos autos; Considerando ainda a identificação de um documento assinado, com data de 12 de agosto, referente a uma reunião que teria ocorrido apenas em outubro, o que levantou dúvidas sobre a validade legal da tramitação naquela instância; O Conselho deliberou pela retirada do processo de pauta, para retornar na próxima reunião ordinária, com toda a documentação devidamente inserida e conferida. **5) Processo 25.629.576-8 - deliberar acerca da oferta do Curso de Especialização Lato Sensu "Modelagem da Informação da Construção (BIM) – ESPECIALIZA BIM" (Relator: Prof. Dr. Waldiceu Verri Junior).** Compareceu para relatar o assunto, o Diretor de Pesquisa, Prof. Doumit Camilios Neto. Ele informou que a proposta de criação do curso foi apresentada pelo Departamento de Construção Civil do Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU). Esclareceu que o curso foi uma demanda conveniada pelo Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Administração e da Previdência (SEAP). O objetivo central é capacitar servidores públicos municipais e estaduais, especificamente arquitetos e engenheiros civis, para a adoção efetiva da metodologia *Building Information Modeling* (BIM) nas rotinas das instituições públicas em que atuam. Segundo ele, o curso proporcionará uma compreensão aprofundada dos conceitos e benefícios da aplicação do BIM, habilitando os participantes a aplicar esses conhecimentos na elaboração, contratação, fiscalização e gestão de projetos e obras públicas, em conformidade com as exigências legais e normativas do Estado do Paraná e as boas práticas nacionais e internacionais de transformação digital do setor

público. Quanto aos detalhes técnicos do curso, destacou: Financiamento: Custeado integralmente pela SEAP/Paraná. Carga Horária: 450 horas (30 créditos), distribuídas em três períodos letivos. Modalidade: Educação a Distância (EAD). Vagas: Mínimo de 50 e máximo de 98 vagas. Público-alvo: Engenheiros e arquitetos que atuem como servidores públicos efetivos, concursados ou comissionados, de prefeituras (preferencialmente de pequenos municípios) e de órgãos públicos estaduais do Paraná. Por fim, ressaltou que a proposta já havia percorrido e recebido aprovação de todas as instâncias competentes: Departamento, Conselho de Centro, Colegiado de Pós-Graduação *Lato Sensu* (áreas profissionalizantes) e Câmara de Pós-Graduação. Colocada em regime de votação, a oferta do Curso de Especialização Lato Sensu "Modelagem da Informação da Construção (BIM) – ESPECIALIZA BIM", foi aprovada por unanimidade. Ver Resolução CEPE 052/2026. 6) **Processo 25.907.567-0 - deliberar acerca da proposta de alteração do número de vagas do Curso de Especialização em Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (Relator: Prof. Dr. Waldiceu Verri Junior).** Compareceu para relatar o assunto, o Diretor de Pesquisa, Prof. Doumit Camilios Neto. Ele informou tratar-se da redução do número mínimo de vagas ofertadas pelo curso que deve passar a vigorar a partir da oferta do primeiro semestre de 2027. Segundo ele, o número mínimo de vagas seria reduzido de 30 (atual) para 22 vagas e o número máximo de vagas seria mantido em 45. Ressaltou que a proposta contou com o suporte da Proplan, que auxiliou na elaboração da planilha orçamentária para verificar a viabilidade financeira do curso diante da redução do quórum mínimo, tendo sido a proposta aprovada por aquela instância. Colocada em regime de votação, a proposta de alteração do número de vagas do Curso de Especialização em Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Ver Resolução CEPE Nº 053/2026. **EXTRAPAUTA. 7) Processo 26.116.182-6 – PROGRAD – deliberar acerca do pedido de transferência interna de turno, formulado pelo estudante Nicollas Sant'Ana Lopes, do Curso de Educação Física (Relatora: Profª Dra. Marci Batistão).** A Reitora introduziu o item informando tratar-se de um processo da PROGRAD para deliberar sobre o pedido de transferência de turno do estudante Nicolas Santana Lopes, do curso de Educação Física. Esclareceu que o item foi incluído como extrapauta para evitar prejuízos ao aluno, uma vez que o período letivo teria início na semana seguinte. Passou a palavra para a Pró-Reitora de Graduação. Profª Marci Batistão explicou que, embora o regulamento da universidade preveja que o

estudante tem direito a solicitar a troca de turno apenas uma vez, este processo chegou ao conselho por se tratar de um pedido de excepcionalidade. Informou que o aluno já havia realizado uma troca anteriormente e agora solicitava a segunda mudança por um motivo de força maior: ele foi aprovado em um concurso público. Para assumir o cargo, ele necessita obrigatoriamente realizar a troca de turno no curso de Educação Física. Ressaltou que o pedido já havia sido aprovado pelo Colegiado do curso e pela Câmara de Graduação, e que a inclusão em regime de urgência visava garantir que, se aprovado, o aluno já pudesse iniciar o semestre matriculado no turno adequado. Prof. Fernando Cândido contextualizou o histórico do estudante, explicando que a primeira troca de turno ocorreu devido à necessidade de um estágio remunerado. Enfatizou que, agora, o aluno foi convocado por edital após aprovação em concurso e que, caso a excepcionalidade não fosse aprovada, o estudante seria forçado a abandonar o curso, pois precisa do emprego. Argumentou que a evasão, neste caso, seria um prejuízo desnecessário tanto para o aluno quanto para a universidade. A Reitora reforçou o argumento do "bom senso", afirmando que a universidade não deve criar obstáculos para um aluno que obteve uma conquista importante como a aprovação em um concurso público. Destacou que o foco deve ser a empregabilidade e a permanência do estudante, permitindo que ele se mantenha financeiramente para concluir a graduação. Andréa mencionou uma observação curiosa do processo: o aluno informou que, após a mudança, pretendia trancar o curso por um ano para se adaptar à nova rotina de trabalho. Embora tenha classificado a declaração do aluno como "pouco estratégica", a Reitora ponderou que é preferível que ele termine o semestre atual e tranque com a possibilidade de voltar no futuro do que desistir do curso agora por impossibilidade de conciliar os horários. Colocado em regime de votação, o pedido de transferência interna de turno, formulado pelo estudante Nicollas Sant'Ana Lopes, do Curso de Educação Física, foi aprovado por unanimidade. **II. INFORMES. A Reitora, prof[ª Andréa, fez os seguintes informes:** 1) VESTIBULAR. Relatou que a gestão está monitorando de perto o processo do vestibular, que este ano apresenta uma mudança significativa: a avaliação pelo comitê de heteroidentificação já no momento da inscrição, por meio da gravação e envio de um vídeo pelos candidatos às cotas raciais. Informou que, embora a mudança tenha sido aprovada no final da gestão anterior e a parte técnica (sistema da ATI) tenha sido viabilizada, os números iniciais são preocupantes. A Reitora apresentou dados comparativos: no mesmo período da edição passada, a universidade contava com

900 inscritos em cotas raciais, enquanto este ano, até a última segunda-feira, o número era de apenas 300 inscritos. Em contrapartida, observou-se um aumento expressivo nas inscrições para as cotas de escola pública. A suspeita da Reitoria é que a exigência do vídeo esteja criando uma barreira técnica, devido a dificuldades com a qualidade dos aparelhos celulares, limitações de rede ou instabilidade para subir o arquivo no sistema. Diante desse cenário, a Reitora detalhou as medidas da "força-tarefa" institucional para reverter o quadro antes do encerramento das inscrições em 10 de agosto: Articulação com centros comunitários de bairros próximos a escolas para levar informações; estabelecimento de um posto de auxílio no Shopping Royal (pela facilidade de acesso via terminal de ônibus) para ajudar candidatos com dúvidas, inscrições e gravações de vídeo (negociações semelhantes estão em curso com o Shopping Norte); Mobilização da TV UEL, Rádio UEL e redes sociais para disseminar tutoriais. Destacou o vídeo explicativo produzido pela assessoria do Comitê de Direitos Humanos e Ações Afirmativas. Por fim, esclareceu que o número total de candidatos não reduziu, indicando que o problema é específico do segmento de cotas raciais e não uma queda geral de interesse no vestibular. Solicitou o apoio de todos os conselheiros na divulgação das informações para garantir que nenhum candidato seja prejudicado por dificuldades técnicas. 2) PROTEÇÃO DAS MULHERES E COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO. A Reitora mencionou as recentes manifestações da comunidade acadêmica sobre a proteção das mulheres dentro da universidade. Relatou que a gestão já realizou reuniões com representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e com a coordenação do colegiado de Psicologia para detalhar as medidas que estão sendo tomadas em relação às situações de violência de gênero. Disse que logo ao assumir a gestão, a reitoria buscou acesso às informações sobre os casos registrados na instituição e iniciou um movimento para aprimorar os atos executivos já existentes. Detalhou as seguintes frentes de trabalho: a Professora Paula Marques, coordenadora do Comitê de Direitos Humanos e Ações Afirmativas, juntamente com a sua assessoria, foi designada para ouvir centros acadêmicos, comissões, com o objetivo de consolidar uma resolução robusta que proteja efetivamente as vítimas de violência. Disse que a gestão aprimorou atos executivos anteriores, ouvindo as partes interessadas para torná-los mais eficazes. Anunciou que, no dia 5 de agosto, às 9 horas, a Professora Paula Marques coordenará uma reunião com todos os setores envolvidos na política de combate à violência de gênero, com o objetivo de explicar os trâmites legais,

definir fluxos de atendimento e detalhar o novo ato executivo. Em alusão ao mês de conscientização sobre a violência contra a mulher, a universidade lançará uma ampla política de comunicação. Serão espalhados cartazes por toda a universidade explicando os fluxos de denúncia e acolhimento, além de ações na Rádio UEL, TV UEL e redes sociais. A Reitora finalizou reforçando o compromisso da gestão em promover uma universidade mais segura para todos, garantindo que as informações e os canais de ajuda sejam devidamente disseminados por toda a comunidade. 3) TRANSFERÊNCIA DOS CENTROS ACADÊMICOS (CAs) E USO DE CONTÊINERES. A Reitora contextualizou que a falta de espaço físico para os CAs e para o próprio DCE é um problema antigo. Relatou que, na gestão passada, um Grupo de Trabalho foi criado para estudar a alocação dessas entidades, decidindo-se pela aquisição de contêineres. Sobre a recente demolição das casinhas de madeira no CCA, esclareceu que os três CAs daquela unidade já haviam sido abrigados em 2024 e que a retirada das estruturas foi conversada com os alunos, inclusive com a representante da Arquitetura. Afirmou que os objetos que não foram retirados a tempo pelos estudantes foram guardados pelos diretores de centro e que a data da retirada já havia sido comunicada há mais de um mês. A representante discente, Helloisa Laura Ramos Teixeira, relatou o histórico de resistência dos CAs do CLCH, que se mobilizaram para não serem transferidos para uma área de antigo xerox, defendendo seus espaços como simbólicos para o movimento estudantil. Criticou a política de contêineres, classificando-os como insuficientes, com baixa capacidade térmica e dimensões inadequadas (cerca de 7 m²). Ressaltou que os alunos da Arquitetura ficam "jogados" pelo CTU sem ter onde descansar ou esquentar marmitas. Denunciou que alguns contêineres próximos ao CCA já apresentam vidros quebrados e defendeu que o espaço físico é um elemento essencial para a permanência estudantil. A Reitora manifestou surpresa com a informação de que os contêineres teriam apenas 7 m², classificando o tamanho como excessivamente pequeno. Comprometeu-se a recuperar as atas das gestões anteriores para verificar se o que foi licitado e entregue corresponde ao que havia sido aprovado pelo conselho, investigando se houve problemas na licitação. Helloísa reiterou que o interesse dos estudantes não é pelos contêineres, mas por salas em prédios com estrutura de qualidade. Citou como exemplo a sede do DCE, uma casa histórica de madeira que necessita de reformas, defendendo que os estudantes merecem espaços físicos dignos e não soluções paliativas afastadas dos centros de estudos. O representante

discente, Vitor Hugo de Carvalho Mendes, complementou que os contêineres de 7 m² são, por vezes, divididos para dois CAs, o que inviabiliza até a colocação de mesas e cadeiras. Relatou o caso específico do CCB, onde existe uma sala de permanência que é mantida fechada, obrigando os alunos a solicitarem a chave na secretaria. Defendeu que a universidade deve garantir que a gestão desses espaços fique de fato nas mãos dos estudantes. A Reitora propôs a realização de uma reunião na semana seguinte com todos os CAs envolvidos e o DCE para dialogar e buscar soluções de curto, médio e longo prazo. Reafirmou que a permanência estudantil é uma bandeira de sua gestão e que o objetivo é garantir locais adequados para todos, solicitando que os estudantes tragam seus levantamentos de necessidades para a mesa de discussão. Helloísa aproveitou o espaço para informar sobre o 3º Encontro de Mulheres Estudantes, organizado pela União Paranaense dos Estudantes (UPE), a ser realizado em Ponta Grossa nos dias 8 e 9 de agosto. Solicitou o apoio dos conselheiros para doações que ajudem a custear as taxas de inscrição e informou que há um pedido em trâmite na PROGRAD para a cessão de um ônibus para levar as 30 estudantes da UEL ao evento. Prof. André Azevedo da Fonseca elogiou a postura de diálogo da gestão com os estudantes. Informou que a TV UEL está realizando uma cobertura intensa sobre o vestibular, utilizando o Instagram para sanar dúvidas dos candidatos. Ressaltou que a universidade precisa desmistificar a ideia de que a UEL é inacessível para alunos de escola pública e anunciou o lançamento de um documentário desenvolvido por Ana Carolina Kokuba como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Design Gráfico, sobre pobreza menstrual para o dia 1º de agosto, como parte das ações do Agosto Lilás.
Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que assino juntamente com o presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Andréa Name Colado Simão _____
Reitora

Miguel Belinati Piccirillo _____
Vice-Reitor

Sandra Maria Simonelli _____
Representante da Câmara de Graduação

Ana Cristina Paes Leme Cilião Torres _____
Representante Suplente da Câmara de Graduação

Marcelo Alves de Carvalho _____
Representante da Câmara de Graduação

Roberta Puccetti _____
Representante da Câmara de Graduação

Ivanoe De Cunto _____
Representante da Câmara de Graduação

Nídia Aparecida Hernandes _____
Representante Suplente da Câmara de Graduação

Adriana de Fátima Ferreira _____
Representante da Câmara de Graduação

Fernando Pereira Cândido _____
Representante da Câmara de Graduação

Regis Garcia _____
Representante da Câmara de Graduação

Marcela Zanetti Corazza _____
Representante da Câmara de Pesquisa

Suhaila Mahmoud Smaili Santos _____
Representante Suplente da Câmara de Pesquisa

Patrícia Chimin Perandini _____
Representante da Câmara de Pesquisa

Marcos Rodrigues da Silva _____
Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

Elen Julciléia Romão Sartori Braz _____
Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

Dora Silvia Corrêa Morais _____
Representante Suplente da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

Regina Célia Bueno Rezende Machado _____
Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

Patrícia Ayub da Costa _____
Representante da Câmara de Pós-Graduação

Silmara Sartoreto de Oliveira _____
Representante da Câmara de Pós-Graduação

Jacques Duílio Brancher _____
Representante da Câmara de Pós-Graduação

Marcela Baracat _____
Representante do Órgão Suplementar – Farmácia Universitária

André Azevedo da Fonseca _____
Representante do Órgão Suplementar – TV UEL

Helloisa Laura Ramos Teixeira _____
Representante Discente

Vitor Hugo de Carvalho Mendes _____
Representante Discente

Marta Silene Ferreira Barros _____
Representando a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade

Doumit Camilios Neto _____
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Marci Batistão _____
Pró-Reitora de Graduação